

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT21.031](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT21.031)

IDEB 2021: DISCUTINDO OS RESULTADOS DOS ESTUDANTES DO RIO GRANDE NORTE DURANTE A PANDEMIA

Andréia Lourenço dos Santos

Mestra em Ensino pelo Instituto Federal de educação, Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, andrea.uern@gmail.com;

Helyab Magdiel Alves Lucena

Mestre em Ensino pelo Instituto Federal de educação, Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, helyablucena9@gmail.com;

RESUMO

Após a divulgação dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), ano referência 2021, a sociedade e a mídia brasileira vêm discutindo ingenuamente os índices apresentados sem a devida análise do que é avaliado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Nacionais Anísio Teixeira (Inep) e sem levar em conta os impactos da pandemia na educação e no próprio sistema de avaliação, dado que o exame adotou a mesma metodologia do ensino presencial. Diante disso, este trabalho objetiva mostrar para a academia, e para a sociedade como um todo, que necessitamos refletir de forma mais aprofundada sobre os resultados apontados e evitar a credulidade ao utilizar o ranqueamento divulgado pelo Inep sem as devidas considerações de seu contexto histórico-sócio-cultural. A abordagem do estudo é qualitativa, no qual utilizamos da pesquisa documental, tem como dados a legislação vigente, os dados divulgados pelo Inep, e amparamos nossa análise na pesquisa bibliográfica de estudos recentes de pesquisadores da área sobre a temática, tais como Schneider e Nardi (2013), Arruda (2020) e Soares e Xavier (2013).

Palavras-chave: Ideb, Rio Grande do Norte, Pandemia.

INTRODUÇÃO

A educação pública brasileira tem sido alvo de constantes críticas e enfrenta um grande desafio ao lidar com a diminuição no investimento para sua manutenção, qualificação de docentes e atualização para os novos contextos histórico-sociais, além da crescente transferência de responsabilidade dos ensinamentos que antes eram de competência dos pais para os professores. Atrelado a isto, somam-se testes e exames realizados para qualificar os estudantes conforme sua etapa de ensino, aplicando-se uma mesma medida para situações e contextos diversos.

Diante o exposto, esta pesquisa visa tratar dos resultados obtidos pelo Estado do Rio Grande do Norte na avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), ano referência 2021. Nosso objetivo é mostrar para a academia e, também, para a sociedade como um todo, que necessitamos refletir de forma aprofundada sobre os resultados apontados e evitar a ingenuidade ao utilizar o ranqueamento divulgado pelo Inep sem as devidas considerações de seu contexto histórico-sócio-cultural. A considerar o cenário agravado pela pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), que ocorreu no período de coleta dos dados (O Saeb 2021 foi aplicado entre 8 de novembro e 10 de dezembro de 2021, tendo em conta os dados do Censo Escolar de 2021).

Segundo Rezende (1998, p. 154), “o conceito moderno de pandemia é o de uma epidemia de grandes proporções, que se espalha a vários países e a mais de um continente”, o que proporcionou graves efeitos físicos da doença, perda de familiares, agravamento e surgimento de problemas mentais, econômicos e sociais; algo que ainda não foi superado em todo o mundo.

No tocante à metodologia do trabalho, a pesquisa é qualitativa, de naturezas exploratória e descritiva. Sendo assim, para o levantamento e a análise de dados, partimos para a pesquisa documental – que se constituiu da análise de dados documentos primários, ou seja, dos dados divulgados pelo Inep sobre o Saeb e Ideb – e para a pesquisa bibliográfica de estudiosos que assentam suas discussões acerca da temática aqui tratada, tais como Schneider e Nardi (2013), Arruda (2020) e Soares e Xavier (2013). É válido sublinhar que focamos a discussão dos resultados relativa às duas últimas

avaliações realizadas nos anos de 2019 e 2021 em escolas públicas do Estado do Rio Grande do Norte, cujo universo, descrevemos, diz respeito aos estudantes do ensino fundamental (anos iniciais e anos finais) e ensino médio.

Quanto à estruturação do trabalho, subdividimo-lo em quatro tópicos. O primeiro, intitulado “Entendendo os conceitos”, visa explicar os conceitos-chave adotados na pesquisa. No segundo tópico, alinhamos os caminhos metodológicos traçados na pesquisa. A terceira parte do estudo é destinada à apresentação dos resultados e da discussão da pesquisa. E, no último ponto, tratamos a respeito das considerações finais; as nossas impressões finais sobre tudo o que foi apresentado ao longo dessa tessitura textual.

ENTENDENDO OS CONCEITOS

Avaliar é uma atividade necessária, visto que é parte constituinte de todo processo de ensino-aprendizagem, em qualquer de suas etapas e sistemas de ensino. Diante disso, a avaliação em sala de aula é algo consensual para a verificação da aprendizagem, feita de forma local e individualizada. No entanto, faz-se necessária a existência de avaliações em larga escala que identifiquem, de maneira geral, se as competências de cada etapa de ensino estão sendo alcançadas nas escolas/municípios/estados/sistemas de ensino. À luz desse prelúdio, salientamos que:

O termo avaliação etimologicamente significa valor, esforço de apreciar efeitos reais, determinando o que é bom ou ruim, como juízo, não pode neutro, nem exterior às relações de poder, logo tem caráter eminentemente político exigindo postura de objetivação e independência. [...] avaliar em sentido lato significa estimar mérito, estabelecer juízo pautado em critérios (PRATES, 2010, p. 5).

As avaliações devem partir de um critério preestabelecido e cumprir um papel de subsidiar ações mais concretas para o atingimento de objetivos pactuados em determinado plano. Logo, os índices gerados mediante essas avaliações são utilizados nas políticas públicas e visam a regulação dos sistemas de ensino.

Adotado no Brasil desde o ano de 2007, “[...] o Ideb é um indicador sintético que relaciona as taxas de aprovação escolar, obtidas no Censo Escolar, com as médias de desempenho em Língua Portuguesa e Matemática dos estudantes no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)” (Inep, 2022, p. 01), introduzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Tem como objetivo utilizar dos resultados no planejamento de metas para a melhoria da qualidade educacional nos sistemas públicos de educação. É realizado a cada dois anos e, com base nos resultados obtidos num determinado exame, projeta metas a serem atingidas nos âmbitos nacional, estadual, municipal e por escola.

O Ideb integra o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto n.º 6.094/07). Nestes dispositivos temos como principal foco a mobilização, em especial dos estados, municípios e federação, e a participação das famílias e da comunidade, pela busca da qualidade educacional brasileira, em seus sistemas de ensino.

Essa avaliação apresenta um grande diferencial em relação às outras avaliações aplicadas anteriormente no Brasil e outras que ainda existem mundo afora, pois inova pelo “fato de agregar, em um único indicador, uma medida de desempenho e outra de rendimento, dimensões fundamentais para uma análise relevante de sistemas de educação básica” (SOARES; XAVIER, 2013, p. 906). Desta forma, os sistemas educacionais brasileiros passam a ser avaliados não apenas pelos seus processos de ensino e gestão, mas, principalmente, pelo aprendizado e trajetória escolar dos alunos – considerando, aqui, no nosso entendimento, não apenas o que aplicado no seio escolar (conteúdos, atividades, diagnósticas de aprendizagem etc.), mas, também, em como estes seres sociais aplicam em suas as práticas cotidianos o que lhes foi ensinado neste espaço formativo.

O Saeb (Inep, 2022) é realizado a cada dois anos, desde o ano de 1990, e, em 2021, realizou avaliações de Língua Portuguesa e de Matemática em escolas públicas (com mais de 10 alunos) com turmas de 5º e 9º ano do ensino fundamental e da 3ª e 4ª série do ensino médio com o objetivo de refletir acerca dos níveis de aprendizagem demonstrados pelos estudantes avaliados. A partir de

2019, vem sendo realizada a transição entre as matrizes de referência utilizadas desde 2001 e as novas matrizes elaboradas em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de forma gradual.

Na matriz sobre Linguagens/Língua Portuguesa e na matriz de Matemática, encontramos as competências e as habilidades consideradas essenciais em cada etapa da Educação Básica. Nessa perspectiva, acreditamos que todos os estudantes estejam familiarizados ao final de sua formação para cada série e disciplina. Essas matrizes de referência estabelecem eixos, temas e tópicos que devem ser considerados para o processo de ensino e aprendizagem e são levadas em conta na elaboração das questões do Saeb e no desenvolvimento de indicadores que informem sobre as diferentes dimensões da educação. O desempenho dos alunos no Saeb nas avaliações de Língua Portuguesa e Matemática é um dos fatores utilizados para o cálculo do Ideb.

O Censo Escolar, por sua vez, é coletado anualmente em todas as escolas da educação básica no Brasil, o qual demonstra, primeiramente, os índices de Matrícula Inicial, quando são preenchidas as informações a respeito dos estabelecimentos de ensino, gestores, turmas, alunos e profissionais escolares em sala de aula. A segunda etapa ocorre com o preenchimento de dados quanto à situação do aluno, desde a permanência deste na escola, ou seja, sua participação e frequência às aulas, e o rendimento (aprendizagem) destes quanto aos conteúdos explorados ao longo do ano letivo.

O Ideb utilizará o indicador "Fluxo Escolar", que varia de 0 a 10, sendo que quanto maior o desempenho dos alunos e maior o número de alunos aprovados, maior será o Ideb. Este indicador é apresentado no Censo pelo indicador "taxa de aprovação" dos alunos matriculados na escola, ou seja, a quantidade de alunos que estava matriculada em um determinado ano e que foi aprovado para o ano seguinte. Assim, o Desempenho no Saeb e o Fluxo escolar do Censo compõem a nota de cada escola, de acordo com a seguinte fórmula:

1. As notas das provas de Língua Portuguesa e Matemática do Saeb são padronizadas em uma escala de 0 a 10.
2. A média dessas duas notas é multiplicada pela média (harmônica) das taxas de aprovação das séries da etapa (anos

iniciais, anos finais e ensino médio), que, em percentual, varia de 0 a 100.

No quadro 1, abaixo, temos a apresentação fictícia de quatro exemplos:

Quadro 1 - Exemplos de cálculo do Ideb

Escola	Saeb (N)	Aprovação média (P)	Ideb (N)*(p)
A	6,0	90%	5,4
B	6,0	80%	4,8
C	4,0	80%	3,2
D	5,0	100%	5,0

Fonte: Inep/Mec, 2022.

Um Ideb baixo pode ser resultado da combinação de baixos índices na taxa de aprovação e no baixo desempenho do Saeb; ou o desempenho inferior em somente um dos indicadores pode influenciar negativamente na nota final. Diante disso, observamos que entre as escolas com o mesmo desempenho no Saeb (escola A e B), o maior Ideb diz respeito à escola com maior taxa de aprovação (escola A); e entre escolas com a mesma taxa de aprovação (escola B e C), o maior Ideb será da escola com maior nota no Saeb (escola B). Já para escolas que apresentam o desempenho máximo na taxa de aprovação (escola D), a nota do Ideb será igual ao desempenho do Saeb. Sendo assim, entendemos, portanto, que para haver uma obtenção de bons resultados, a escola deve ser bem pontuada, tanto na taxa de aprovação (alunos que passam de ano), como no desempenho dos alunos nas provas do Saeb.

METODOLOGIA

A abordagem do presente estudo é qualitativa, de cunho exploratório (BOGDAN; BIKLEN, 2010). Dessa maneira, esta pesquisa aborda como e em que circunstâncias os dados do Saeb e Ideb foram coletados, assim como quais as circunstâncias sociais e históricas influenciaram nos resultados.

Conforme Minayo (2012), a pesquisa qualitativa visa a busca pelo significado, crenças, e motivos que operam para a execução de um fato e, “esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes” (MINAYO, 2009, p.21-22) .

Para tal, utilizamos a pesquisa documental, por meio da legislação vigente sobre a normatização do Ideb e pela consulta aos bancos de dados do Inep, e a pesquisa bibliográfica, ao amparmos nossa análise nos estudos recentes de pesquisadores da área sobre a temática. Sobre a pesquisa documental, é válido sublinhar que ela que esse tipo de investigação apresenta algumas vantagens, por ser “[...] fonte rica e estável de dados [...]” (GIL, 2010, p. 83). Além disso, permite aos pesquisadores uma leitura profunda das fontes, visando promover, além da reflexão, uma discussão mais pertinente e pontual quanto às informações dispostas.

No que concerne à pesquisa bibliográfica, ela oportuniza consorciar os dados (numéricos) coletados nos diferentes documentos oficiais à fundamentação teórica promovida por estudiosos que circundam o universo de dado tema. O principal objetivo desse tipo de pesquisa “[...] é revisar e relatar em maior detalhe um leque específico de estudos anteriores, diretamente dirigidos ao provável tema de estudo, método e fonte de dados” (YIN, 2016, p. 55). Desse modo, embasamo-nos em Schneider e Nardi (2013), Arruda (2020) e Soares (2011), Soares e Xavier (2013), que inscrevem suas análises acerca das avaliações em larga escala do ensino brasileiro, em especial do Ideb, apontando seus avanços em relação aos processos anteriores e as lacunas que ainda existem. No próximo item, apresentamos os resultados e a discussão dos dados colhidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Avaliações em larga escala adotam um sujeito ideal a ser analisado sem considerar as diversidades que são encontradas na sociedade, seja pelas condições sociais, geográficas, e históricas, seja pelas condições culturais e econômicas. Sabemos que seria impossível criar um sistema de avaliação que se adeque a todas

as situações possíveis. Por isso, temos atualização, de tempos em tempos, na forma como são aplicadas para se tentar dirimir as distorções apresentadas. Toda ação deve partir do planejamento do que se deseja, seguindo para a execução do ato e finalizando o processo com a avaliação dos objetivos, buscando perceber se estes foram atingidos para, então, traçar novas ações para o cumprimento das metas. Na Educação, este princípio também é seguido:

O Estado determina os princípios e as bases da avaliação, desenvolve os exames, aplica os testes, corrige-os, afere e divulga os resultados. A partir dos resultados obtidos, as redes e instituições de ensino são compelidas a prestar contas, criando estratégias e implementando ações com vistas a reverter números indesejáveis. (SCHNEIDER; NARDI, 2013, p. 35).

Embora apresente vários desafios, a avaliação externa promovida pelo Ministério da Educação (MEC) é necessária e constituinte do conjunto de etapas que buscam construir uma educação cada vez melhor. Contudo, enquanto não encontramos uma forma menos danosa de avaliar/qualificar o ensino brasileiro, devemos continuar analisando e refletindo a partir das avaliações que são adotadas.

Sendo assim, o Saeb, ano referência 2021, avaliou as escolas dos 26 estados e o Distrito federal. Participaram aproximadamente 72 mil escolas públicas e privadas, e mais de 246 mil turmas, com aproximadamente 5,3 milhões de estudantes presentes. Relembramos, aqui, que para a escola ter seus dados contabilizados deveria ter, no mínimo, dez alunos presentes no momento da aplicação, com taxa de, pelo menos, 50% dos estudantes matriculados na etapa de ensino avaliada.

Já para o Ideb, só foram divulgados os resultados de desempenho das unidades escolares com, no mínimo, 80% de participação e os municípios com 50% de escolas participantes. Assim, o Brasil projetou um meta a ser atingida em 2022 de 6,0 na educação básica, sendo que cada rede de ensino/ escola deve contribuir com sua meta individual.

Direcionando os dados dessa discussão à proposta do presente estudo, os resultados apresentados pelo Estado do Rio Grande do Norte (RN) apontam na penúltima posição das séries iniciais do Ensino Fundamental, com 5 pontos, e na 25ª posição em relação

aos anos finais do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, obtendo 4,40 e 3,40 pontos, respectivamente, levando-se em consideração a média total do ensino (incluindo escolas públicas e privadas).

Cabe salientar, nesse momento, que a coleta de dados tanto para o Saeb quanto para o Censo Escolar foram impactados pela pandemia do coronavírus, uma vez que, desde o ano de 2020, o Brasil começou a vivenciar as consequências devastadoras desse episódio de caos na saúde mundial. Os estudantes foram impedidos de saírem de suas casas por um longo período de tempo. A sala de aula física, por sua vez, sofreu adaptações para se adequar ao problema de saúde pública e teve o seu espaço para as salas de aula virtuais (webconferências). Toda a escola, a família, a sociedade, teve que se adequar a um contexto totalmente diferente, impensável até alguns meses antes. Arruda (2020), assegura que

Mais do que um problema educacional, o bloqueio do acesso à escola reconfigurou a sociedade, na medida em que tempos e movimentos foram desconstruídos, famílias passaram a coadunarem as responsabilidades do trabalho e da vida dos estudantes em tempos ampliados e em contexto ora da necessidade da manutenção do emprego e da renda, ora no contexto de confinamento em espaços razoavelmente reduzidos, de maneira ao isolamento ser cotidianamente comparado a situações de Guerra. (ARRUDA, 2020, p. 259)

Os impactos da pandemia não podem ser percebidos somente pela verificação das notas do exame anterior, no entanto, sem essa comparação, também seria impossível averiguar o que pode ter mudado. Por isso, o quadro 2 traz as notas obtidas pelo Estado do RN nos anos de 2019 e 2021.

Quadro 2 – Indicadores educacionais 2019 e 2021 Rio Grande do Norte

Nível de Ensino	Aprovação (P)		Desempenho no Saeb (N)		Ideb 2021 (NxP)	
	2019	2021	2019	2021	2019	2021
Ensino Fundamental – Anos Iniciais	0,92	0,94	5,60	5,36	5,20	5,00
Ensino Fundamental – Anos Finais	0,81	0,84	5,07	5,04	4,41	4,40
Ensino Médio	0,81	0,78	4,35	4,30	3,50	3,40

Fonte: Inep/Mec – 2020/2022.

A partir dos dados ora apresentados, podemos inferir algumas percepções no cenário educacional do Estado aludido:

- Houve um incremento na taxa de aprovação em todas as etapas avaliadas, com exceção do Ensino Médio, Em 2021, não houve a aprovação automática dos estudantes no RN, mas continuou sendo atodada em outros estados brasileiros;
- O desempenho no Saeb foi menor em todas as etapas, com maior perda no ensino fundamental – anos iniciais, com menos 0,24 em relação ao exame anterior;
- Embora tenha havido um aumentado no índice de aprovação, o decrescimo nas notas do Saeb resultaram em menores índices do Ideb, na comparação entre 2019 e 2021.

O quadro 2 resultou da avaliação das escolas públicas e de uma amostra de escolas particulares. No quadro 3, temos somente as notas atribuídas às escolas públicas:

Quadro 3 – Indicadores educacionais 2019 e 2021 escolas públicas do Rio Grande do Norte

Nível de Ensino	Aprovação (P)		Desempenho no Saeb (N)		Ideb 2021 (NxP)	
	2019	2021	2019	2021	2019	2021
Ensino Fundamental – Anos Iniciais	0,90	0,92	5,24	4,91	4,70	4,50
Ensino Fundamental – Anos Finais	0,77	0,84	4,70	4,00	3,60	4,00
Ensino Médio	0,79	0,69	4,03	4,09	3,20	2,80

Fonte: Inep/Mec – 2020/2022.

Neste quadro podemos perceber que o desempenho das escolas do estado, mesmo tendo sido influenciado pelas adaptações necessárias no período da pandemia, não foram tão diferentes da avaliação realizada anteriormente. Podemos destacar, mais uma vez, a redução na taxa de aprovação dos estudantes do ensino médio, com a queda percentual de 0,10, o que impactou no resultado no Ideb, mesmo tendo obtido um nota melhor no Saeb (de 4,03 para 4,09).

Todas as etapas de ensino tiveram perdas na aprendizagem, conforme demonstrado pela taxa de desempenho do Saeb. Com base nos dados expressos, levantamos algumas inferências que talvez possam justificar esses resultados: acesso à internet de forma desigual – muitos alunos não têm acesso à rede de forma doméstica, sem contar, também, aqueles que moram em zonas rurais de difícil acesso, dificultando, assim, sua participação às aulas remotas; falta de equipamentos (celulares/notebooks) adequados para que os estudantes pudessem assistir às aulas remotas; apreensão de aprendizagem aquém por parte do alunado quanto ao novo formato de aulas; professores sem a qualificação devida para manusear adequadamente das ferramentas tecnológicas – neste aspecto, a pandemia pegou a todos nós de forma surpreendente, inclusive o setor da educação; logo, as secretarias de educação buscaram promover formações continuadas relativas ao ensino remoto, buscando capacitar o professorado a lidarem efetivamente com o ensino remoto e os meios devidos para alcançarem o maior público possível de alunos, isto é, para a elaboração de videoaulas, de materiais etc. com vistas a atenderem o alunado.

Arruda (2020, p. 266), lembra que

A singularidade da pandemia deve levar também à uma compreensão de que a educação remota não se restringe à existência ou não de acesso tecnológico, mas precisa envolver a complexidade representada por docentes confinados, que possuem famílias e que também se encontram em condições de fragilidades em suas atividades.

Esse tipo de avaliação não leva em conta os desgates emocionais enfrentados pelos avaliados, uma vez que podem interferir em seu processo de aprendizagem e no momento em que respondeu ao exame propriamente dito. O contexto familiar, em que houve momentos difíceis relacionados a saúde, emprego, alimentação e outras formas de convívio social, que também podem ser critérios influenciadores e que são ignorados na pesquisa.

Ao utilizar somente dois fatores na contabilização do Ideb, o indicador de qualidade desconsidera outros aspectos importantes e delimitadores do sucesso na aprendizagem, tal como o nível socioeconômico e cultural dos alunos. Ao condensar a avaliação da

qualidade da educação somente pela taxa de aprovação e pelo desempenho no Saeb

[...] assume-se que a escola pode superar toda a exclusão promovida pela sociedade. Há uma farta literatura que mostra que isso é impossível. Todos os alunos têm direito de aprender, e os conhecimentos e habilidades especificados para educação básica devem ser os mesmos para todos. No entanto, obter este aprendizado em escolas que atendem alunos que trazem menos de suas famílias é muito mais difícil, fato que deve ser considerado quando se usa o indicador de aprendizagem para comparar escolas e identificar sucessos. (SOARES, 2011, np)

Dessa forma, fatores externos à escola contribuem para os conceitos atribuídos para cada escola/ município/ estado, tal como podemos depreender pelas informações do Quadro 4, que traz a comparação dos resultados obtidos no ano de 2021 nas escolas públicas e nas escolas privadas no Rio Grande do Norte.

Quadro 4 – Indicadores educacionais 2021 escolas públicas X escolas privadas do Rio Grande do Norte - 2021

Nível de Ensino	Aprovação (P)		Desempenho no Saeb (N)		Ideb 2021 (NxP)	
	2019	2021	2019	2021	2019	2021
Ensino Fundamental – Anos Iniciais	0,92	0,99	4,91	6,80	4,50	6,70
Ensino Fundamental – Anos Finais	0,84	0,98	4,00	6,17	4,00	6,00
Ensino Médio	0,69	0,98	4,09	5,60	2,80	5,50

Fonte: Inep/Mec – 2020/2022.

A partir do dado acima, percebemos que as taxas de aprovação da escola privada são quase de 100%. Além disso, é perceptível que entre os fatores constituintes do Ideb, o que mais diferencia o ensino privado do público é justamente o desempenho nas provas do Saeb, em que o ensino fundamental – anos iniciais alcança 1,89 pontos de diferença, o ensino fundamental – anos finais 2,17 pontos de diferença e o ensino médio 2,7 pontos a mais que as escolas públicas; atingindo níveis maiores que a média esperada de 5 para o Ideb, sendo considerado um nível de excelência.

Entendemos que o Ideb, tal como é aplicado e reconhecido, constitui um “instrumento de regulação de uma determinada concepção de qualidade, por traduzir, simbolicamente, o quanto as unidades escolares, o município e o estado avançaram em suas metas educacionais.” (SCHNEIDER; NARDI, 2013, p.39). Contudo, além das fragilidades pontadas acima, ainda podemos citar algumas formas de burlar e/ou maquiar os resultados das escolas, na busca pelo atingimento das metas e melhores indicadores, sem, no entanto, realizar mudanças significativas nos processos pedagógicos, como por exemplo:

- a. Os resultados são divulgados para as escolas que tiveram a participação de, no mínimo, dez alunos – dado que pode ser manipulado ao aplicar a prova somente aos alunos mais preparados;
- b. A aprovação de alunos sem as habilidades mínimas da série, para não prejudicar o indicador relacionado;
- c. Como o indicador é uma média, o bom desempenho de um aluno pode suplementar o mau desempenho de outro;
- d. Treinar/ educar os estudantes com foco somente no teste do Saeb, sem refletir no processo de aprendizagem em si;
- e. Criação de “guetos” – escolas onde são concentrados os estudantes com os piores rendimentos e problemas de aprendizagem, mantendo somente uma escola naquele sistema de ensino com as piores taxas.

É inegável que se continuarmos utilizando o Ideb como um único indicador para aferir a qualidade das escolas e dos níveis e sistemas de ensino, guiar as políticas educacionais e distribuir recursos, podemos continuar proliferando as diferenças e aumentando as disputas entre escolas/municípios/estados. Devemos atrelar os dados desse indicador à contextualização de outros indicadores que descrevam as condições reais de oferta do ensino. O próprio Inep traz na divulgação dos resultados o alerta em se trabalhar os indicadores com cautela e sugere que a “a leitura e análise dos resultados sejam voltadas para **apoiar políticas públicas que visem a melhoria do processo educacional, em particular, no cenário pós-pandemia.**” (Inep, 2022, p.5. grifo do autor).

Além disso, o Inep divulgou os seguintes dados do contexto educacional brasileiro diante da pandemia do Covid-19, durante a pesquisa:

- 92% das escolas de educação básica do Brasil adotaram estratégias de mediação remota ou híbrida;
- 8,9 das escolas de educação básica do Brasil ajustaram a data de término do ano letivo, em 2020, foram 43,1%;
- 72,3% das escolas de educação básica do Brasil recorreram à reorganização curricular com priorização de habilidades e conteúdos, em 2020 foram 67,1%;
- 17,2% das escolas de educação básica do Brasil indicaram a adoção da estratégia de *continuum curricular* (completação curricular em 2022), em 2020, foram 26,3%.

Assim, os dados acima mencionados devem ser levados em consideração na análise dos resultados do Ideb, incluindo os desafios que os educadores já enfrentavam antes desse período e que ainda não tiveram alterações somando-se com o aprofundamento das desigualdades, potencializadas durante a pandemia. Além disso, lembramos que em 2021, ano base da pesquisa do Inep, as escolas já vinham acumulando há dois anos os efeitos da pandemia, o que pode significar perdas significativas na aprendizagem que os indicadores foram incapazes de mensurar.

Talvez, após a publicação dos “microdados” pelo Inep, com as informações detalhadas dos dados coletados algumas lacunas possam ser preenchidas e a análise possa refletir, de forma menos distorcida a evolução/ involução do Ideb.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável a importância de se ter uma avaliação para a educação básica. Não restam dúvidas quanto aos avanços advindos no uso conjunto dos indicadores de desempenho e de sucesso para a verificação de uma certa qualidade na educação. No entanto, devemos ter a percepção dos limites e das potencialidades do Ideb.

A simples existência e divulgação de resultados não assegura qualquer política pública de melhoria, mas, por outro lado, ao serem publicizados, os resultados tendem a criar ranqueamentos de

melhores e piores estados, municípios e escolas, responsabilizando professores e gestores pelas notas ruins atribuídas e parabenizando governantes pelos bons desempenhos. Enquanto as avaliações não considerarem critérios qualitativos que abarquem as diferenças de cada contexto, corre o risco de continuar alimentando a competitividade entre escola/ município/ estado/ sistema de ensino e criando formas de burlar os resultados.

Devemos lembrar que fatores externos à sala de aula tendem a influenciar o desempenho dos alunos em sua vida escolar. Aqui podemos citar o contexto familiar, o entorno social, além da escola ter seus próprios desafios para lidar em busca de ofertar a melhor educação formal possível. Citamos, para além disso, a crescente falta de investimento na formação inicial e continuada dos professores, com o sucateamento das universidades públicas que, em sua maioria, formam os docentes brasileiros; a diminuição do financiamento de pesquisas que visem aprimorar o ensino; o crescente descompromisso com o incentivo à capacitação em serviço, entre outros fatores. Cada vez mais, as famílias estão longe das escolas, não há a participação efetiva delas no planejamento e acompanhamento do desenvolvimento de seus filhos. A gestão democrática, que permeia os diferentes segmentos que compõem a escola, incluindo, neste processo, a família, apenas segue contextualizada em documentos como o Projeto Político Pedagógico, mas, na prática, isso não sucede em algumas instituições. Falta, de fato, a democracia prevalecer.

Enquanto não houver a corresponsabilização pela educação, a sociedade continuará apontando culpados e deixando de se enxergar enquanto parte do contexto educacional de nossas crianças e adolescentes.

Quanto aos resultados próprios do Rio Grande do Norte, observamos que a análise comparativa com o ano anterior apontou perdas percentuais, cabendo aos gestores educacionais, familiares e a comunidade como um todo reunir forças para dirimir as perdas advindas do ensino realizado durante a pandemia, somado aos problemas existentes mesmo antes da descoberta e proliferação da Covid-19.

Lembramos aqui, que o presente artigo não objetivou encerrar as discussões sobre os dados do Ideb, mas trazer à tona os

problemas de se julgar o ensino de uma escola, município e/ou estado apenas pela verificação de um indicador, mesmo que composto. Deixamos, como sugestão, a continuação desse debate após a divulgação, ainda sem data, dos microdados, associados à verificação precisa dos fatores externos às escolas e que influenciam no desempenho dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Eucidio Pimenta. **Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de covid-19.** EmRede – Revista de Educação a Distância, v. 7, n.1, 2020. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/621> Acesso em: 23 set. 2022.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Porto: Porto Editora, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007.** Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programa e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 abr. 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Instituto Nacional e Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.** Brasília, 2022. Disponível em: <http://www.inep.gov.br> Acesso em: 20 set. 2022

Instituto Nacional e Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.** Brasília, 2022. Disponível em: <http://www.inep.gov.br> Acesso em: 22 set. 2022

MINAYO, Maria Cecília de S. **O desafio da pesquisa social**. In: DESLANDES, Suely F.; GOMES, Romeu. (org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 9-29.

REZENDE, Joffre Marcondes de. **Epidemia, endemia, pandemia, epidemiologia**. Revista de Patologia Tropical/Journal of Tropical Pathology, Vol. 27, n. 1, pp. 153-155, 1998.

PRATES, J. C. **As pesquisas avaliativas de enfoque misto e a construção de indicadores para avaliação de políticas e programas sociais**. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 12., 2010, Rio de Janeiro: ABEPSS, 2010.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; NARDI, Elton Luiz. **O potencial do Ideb como estratégia de accountability da qualidade da educação básica**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP/ANPAE), v. 29, n. 3, set./dez. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/42819/27119>. Acesso em: 27 set. 2022

SOARES, José Francisco; XAVIER, Flávia Pereira. **Pressupostos educacionais e estatísticos do Ideb**. Educ. Soc., Campinas, v. 34, n. 124, jul./set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/JLzr4qdx89rjrNXnydNcvcy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 set. 2022

SOARES, José Francisco. **Ideb na Lei?** Simon's site, 13 jul. 2011. Disponível em: <https://www.schwartzman.org.br/sites/simon/jose-francisco-soares-ideb-na-lei/>. Acesso em: 06 out. 2022

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução Daniel Bueno; Revisão técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2016.